



## **A condição juvenil periférica: notas introdutórias para entender a juventude no capitalismo dependente**

Pedro Henrique Silva Santos Machado <sup>1</sup>

### **Resumo**

O estudo que segue pretende discutir a condição juvenil sob a perspectiva da teoria acerca do subdesenvolvimento capitalista latino-americano correlacionado ao debate sociológico sobre os significados da condição juvenil, bem como elementos presentes da realidade contemporânea que se relacionam a temática como o desemprego, o encarceramento e a mortalidade dentre jovens. Para tal discute as categorias sociológicas utilizadas no debate acerca do curso da vida, a teoria do subdesenvolvimento capitalista no contexto latino-americano e alguns dados acerca de problemas contemporâneos que envolvem a juventude enquanto grupo geracionalmente delimitado.

**Palavras-chave:** Juventude, Subdesenvolvimento, Geracionalidade, América Latina, Brasil.

## **La condición juvenil periférica: notas introdutórias para percibir la juventud en el capitalismo dependiente**

### **Resumen**

El estudio que sigue pretende discutir la condición juvenil bajo la perspectiva de la teoría acerca del subdesarrollo capitalista latino-americano correlacionado al debate sociológico sobre los significados de la condición juvenil, así como elementos presentes de la realidad contemporánea que se relacionan la temática como el desempleo, el encarcelamiento y la mortalidad de entre jóvenes. Para tal discute las categorías sociológicas utilizadas en el debate acerca del curso de la vida, proponiendo una perspectiva materialista histórico dialéctica crítica para comprender las particularidades sociocontextuales de la condición juvenil generadas por el desarrollo del modo de producción capitalista en la América Latina.

**Palabras llave:** Juventud, Subdesarrollo, Geracionalidad, Latinoamérica, Brasil.

<sup>1</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), possui interesse na relação entre subdesenvolvimento do capitalismo latino americano, condição juvenil e políticas educacionais. E-mail: pedrossmachado@gmail.com

## **The peripheral juvenile condition: introductory notes to understand the youth in dependent capitalism**

### **Summary**

The study that follows intends to discuss the condition of youth under the perspective of the theory about the Latin American capitalist underdevelopment correlated to the sociological debate about the meanings of youth, as well as elements of contemporary reality that relate to the theme, such as unemployment, incarceration and mortality among young people. For this discusses the sociological categories used in the debate about the course of life, the theory of capitalist underdevelopment in the Latin American context and some data about contemporary problems that involve youth as a group geracionalmente delimited

**Key words:** Youth, Underdevelopment, Generations, Latin America, Brazil.

### **Introdução**

O jovem tem sido objeto de discussão nos mais diversos meios de comunicação no decorrer do século XX, seja no âmbito educacional, onde a constante transição de valores culturais lançados pela sociedade moderna ao resto do mundo buscou de alguma forma adequar esse grupo de sujeitos em constante conflito ao funcionamento de suas instituições sociais, seja no âmbito do desenvolvimento econômico onde os constantes progressos tecnológicos deram a uma parcela da juventude novas formas de inserção no mercado de trabalho atrelado ao desemprego estrutural de outras parcelas geracionais, ou ainda nos noticiários policiais onde protagonizam cenários quase cotidianos de violência.

O objetivo desse estudo é discutir um aspecto da vasta e diversa condição juvenil, que dialoga com as particularidades locais do subdesenvolvimento no sistema de produção capitalista e nas suas periferias desse modo de produção global, como também com uma parte dentre as muitas que envolvem a totalidade das suas contradições. O objeto aqui é a própria condição juvenil, o seu desenvolvimento sob as contradições históricas geradas pelas relações de produção no contexto periférico e dependente do capitalismo, e os principais problemas que a sociedade contemporânea lhe apresenta.

Através de um breve levantamento bibliográfico crítico sobre a temática da juventude, apresentarei as principais vertentes na discussão sociológica no que diz respeito a temática dos cursos da vida, onde se localiza o debate sobre a juventude. Veremos que o debate geracional se origina de forma correlacionada ao desenrolar do pensamento sociológico, ainda no início do século XIX através das discussões apresentadas por Comte e Mannhein.

Posteriormente, sob o paradigma da sociologia institucionalista a juventude ganha destaque no decorrer do século XX sob o ponto de vista das instituições sociais – família, escola, universidade – na integralização do indivíduo a sociedade e sob os aspectos “disfuncionais”, identificados na denominada “delinquência”. A partir dos anos 1970 se iniciam novas interpretações acerca da condição juvenil, que passa a ser entendida sob o viés culturalista, que observa as relações dentre os grupos juvenis e suas respectivas tentativas de afirmação sociocultural em meio a sociedade capitalista atual.

Partindo do que Groppo (2004; 2010) propõe enquanto dialética da condição juvenil, que a compreende enquanto tanto dos mecanismos institucionais criados pela sociedade para moldar o curso da vida e as alternativas criadas pelos indivíduos frente a tais mecanismos na busca por autonomia, pretendo trazer para esse debate sociológico as dimensões que se observadas as particularidades do subdesenvolvimento histórico das relações de produção capitalista na América latina podem levar a constatações sobre as contradições presentes em seus dilemas mais contemporâneos.

Para tanto me utilizarei de conceitos trazidos pela interpretação do subdesenvolvimento das relações de produção capitalistas correlacionado a história da colonização e escravidão na América latina, em especial, a relação entre o imperialismo e o subdesenvolvimento proposta por Florestan Fernandes (1975), a tese da superexploração do trabalho proposta por Marini (2013), e as origens do trabalho escravo de africanos trazida por Williams (1975).

A análise será contextualizada através de dados estatísticos sobre taxas de desemprego, encarceramento e mortalidade juvenil no Brasil no decorrer da última década obtidos através do Mapa da Violência e o Anuário de segurança pública brasileiro, para enfatizar a importância que tal debate tem se observado dentro das suas devidas contextualizações teóricas para problemas enfrentados pelos jovens na atualidade.

### **Teorias sobre o curso da vida**

Nos primórdios das discussões sociológicas acerca da temática geracional, destaca-se a perspectiva positivista proposta por Comte, onde é perceptível o intuito de identificar um tempo social quantitativamente mensurável dentro de um critério de progressão linear: *“Com base no postulado entre progresso e sucessão das gerações, Comte afirmou que o ritmo pode ser calculado simplesmente pela mediação do tempo médio necessário para que uma geração seja substituída – na vida pública – por uma nova (30 anos, de acordo Comte)”* (Feixa & Leccardi, 2010, p. 187).

Dessa forma, intentava-se entender as continuidades geracionais para a objetividade histórico, onde o tempo social era “biologizado”, uma vez que imaginava-se o organismo social semelhante ao organismo humano, portanto, também sujeito a desgaste. Em contraposição a perspectiva comteana acerca do conceito geracional, existiu a perspectiva histórico-romântica alemã proposta por Dilthey, onde era enfatizada uma premissa qualitativa acerca dos ritmos da história e os ritmos das gerações.

Na perspectiva diltheyriana as gerações seriam definidas em termos de relações de contemporaneidade, consistindo de influências históricas em comum, “*em outras palavras: consiste de pessoas que partilham o mesmo conjunto de experiências, o mesmo ‘tempo qualitativo’*” (Feixa e Leccardi 2010, p. 188). De maneira que as experiências históricas que determinam o pertencimento a uma geração, uma vez que se fundamentam na existência humana.

Feixa e Leccardi (2010) destacam que a concepção geracional proposta por Mannheim tem como intuito sobrepôr ambas as correntes precedentes ao século XX – positivista e histórico românticas. Dentro dessa premissa as gerações são consideradas sob uma dimensão das mudanças sociais – diferente da noção oriunda da perspectiva marxista de classes estabelecidas de acordo com interesses econômicos – sendo demarcada por “estilos de pensamento” dentro de uma determinada época.

O principal fator de formação geracional não diz respeito a uma data de nascimento comum, mas sim do processo histórico pelo qual jovens da mesma idade/classe compartilham. Para essa perspectiva, essa partilha de experiências histórica consiste de dois componentes centrais, tanto a presença de eventos históricos que demarcam as noções de “antes” e “depois” na vida coletiva, quanto a descontinuidade experimentada pela particularidade constitutiva do determinado grupo etário.

De acordo com Weller (2010) para Karl Mannheim havia um princípio formativo nas gerações político-sociais definido pelo termo filosófico “enteléquia”, a forma ou sentido de ser expressa através de um sentimento genuíno de significação do mundo. A enteléquia geracional, para Mannheim, seria definida de acordo com a situação de classe na posição específica ocupada pelos indivíduos no âmbito sócio-histórico, tal posição geraria um modo específico de viver e pensar influenciado diretamente pela forma como os membros de determinado grupo interferem no processo histórico, sendo inerente a cada posição e só podendo ser explicada a partir da própria posição.

Para Mannheim o que definiria uma conexão geracional é um vínculo concreto, que vai além da simples presença circunscrita em determinada unidade temporal e social, sendo

necessário o estabelecimento de uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual, em comum. As unidades geracionais são definidas de acordo com adesões mais concretas do que as conexões geracionais, mesmo o nascimento num contexto social idêntico mas em períodos específicos podem fazer surgir uma grande diversidade nas ações dos sujeitos, da mesma forma, grupos que presenciam uma mesma conexão geracional podem desenvolver unidades geracionais diferentes, sendo que as unidades geracionais se caracterizam pelas intenções primárias documentadas em ações ou expressões de determinados grupos.

Nessa perspectiva existem cinco elementos que constituem uma situação geracional observáveis de forma analítica em sociedades demarcadas por mudanças geracionais. A constante irrupção de novos portadores de cultura, sendo este elemento responsável pela vitalidade e dinamicidade das sociedades. A saída dos antigos portadores de cultura, que por um lado atuam como modelos orientadores para as ações dos indivíduos em sociedade, como também funcionam como condensadores de experiências perceptíveis através da ação por meio das recordações.

A limitação temporal da participação geracional no processo histórico, onde estão presentes as características geradoras das posições geracionais daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico, sendo que o que demarca tal caracterização é a capacidade de presenciar os mesmo acontecimentos, vivenciar experiências semelhantes, e de processar tais fenômenos de forma semelhante. A necessidade constante de transmissão dos bens culturais acumulados, sendo este um papel e desafio das gerações mais velhas e das instituições de ensino.

E por fim, o caráter contínuo das mudanças geracionais, que tem como destaque tanto o conhecimento implícito e acumulado de geração para geração em suas devidas releituras e reinterpretações, quanto para a necessidade de compreensão da problemática geracional de forma processual e dinâmica.

A perspectiva de Mannheim é aprofundada pelo sociólogo inglês Philip Abrams (1952), ao relacionar à noção histórico-social das gerações a construção de identidades. Dentro dessa perspectiva a construção da individualidade e a sociedade são construções históricas, sendo necessário analisar suas devidas interconexões e as mudanças ocorridas ao longo do tempo, de maneira que as identidades ao serem consideradas no elo entre as dimensões sociais e individuais devem ser investigadas sob o modelo de referência histórico-social. Dessa forma, sob uma perspectiva sociológica as gerações não podem ser mensuradas numa padronização temporal ou pela sucessão de gerações biológicas (Feixa e Leccardi, 2010).

Hobsbawm (1995) afirma que a melhor forma de se compreender a revolução cultural que ocorreu no século XX, é através das mudanças nas estruturas de relações entre os sexos e

as gerações. Afinal, uma vasta maioria da humanidade partilha de características em comum que se conservaram em meio a mudanças nas bases socioeconômicas, como por exemplo: o casamento e a existência de relações sexuais privilegiadas dentre os cônjuges; a dominação por parte do homem em relação a esposa (patriarcado); bem como a dos pais em relação aos filhos, e conseqüentemente as gerações mais jovens.

Porém, toda essa estrutura de relações entraria em colapso com a crise da instituição família no século XX, especificamente nas décadas de 1960 e 1970, e se traduzem em “*mudanças bastante dramáticas nos padrões públicos que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação*” (Hobsbawm, 1995, p. 316). Dessa forma, começava a se tornar permitido coisas que até então eram proibidas não só pelas leis e a religião, como também pela “*moral consuetudinária, a convenção e a opinião da vizinhança*”.

Grupos etários não são novidades, e mesmo na sociedade burguesa uma camada dentre os sexualmente maduros mas ainda em crescimento físico e intelectual, sem a experiência adulta, já havia sido desenvolvida. As mudanças ocorridas no século XX causaram profundas alterações nas relações geracionais, a juventude enquanto um grupo com consciência própria definida em termos etários da puberdade até a metade da casa dos vinte se tornava também um agente social independente.

A “autonomia” da juventude enquanto camada social era simbolizada por um fenômeno não visto desde o século XIX, a vida e a juventude acabarem juntas, tornando-se a representação por excelência da transição, e trazia novidades (Hobsbawm, 1995, p. 318-319). A juventude não era mais vista como o estágio preparatório da vida adulta, mas sim como o estágio final do pleno desenvolvimento humano, o que de não correspondia a realidade social onde poder, influência e riqueza estavam concentrados acima dos trinta uma vez que eram fatores que aumentavam com a idade, o que demonstrava que o mundo estava organizado de forma insatisfatória.

As abordagens sociológicas sobre a juventude no decorrer do século XX se iniciam com Parsons (1962), ao discuti-las no caráter da ordem social. Tal premissa propõe que a emergência da adolescência nas sociedades urbanas contemporâneas traz o desenvolvimento de um conjunto de padrões comportamentais que envolviam uma combinação de fatores tanto geracionais como sexuais. Nesse período o conceito de cultura juvenil era traduzido de forma homogênea de compreensão da juventude em termos de classe social, até meados do século passado. “*A juventude era vista sob uma perspectiva interclassista em relação a cultura hegemônica, na qual o enfoque na idade e a geração predominavam.*” (Tavares, 2012, p. 182).

Para tal perspectiva o desenvolvimento econômico desigual correlacionado a uma sociedade extremamente competitiva exigindo uma maior preparação para o mercado de trabalho e uma maior escolarização, teriam como consequência a redução das oportunidades no sistema produtivo levando ao surgimento de tipos sociais que não são integrados e estrutura social, portanto desviantes.

Além de Parsons, teóricos como Merton (1949) afirmavam que a crise e a falência seriam marcos institucionais e normativos da sociedade moderna, onde as metas prescritas não poderiam mais ser atingidas por certos indivíduos. Tal fracasso seria oriundo da restrição ao acesso de mecanismos institucionais de promoção social, como a escola e o trabalho, dessa forma instituições responsável pela formação e socialização dos jovens além da adaptação as normas sociais de convivência social diante da exclusão entrariam numa crise de valores e a perda do idealismo frente as dificuldades impostas pelo sistema, levando indivíduos a delinquência.

O grande destaque da produção desse período está em S. N. Eisenstadt (1976), ao considerar o surgimento da juventude enquanto um grupo social específico que ocorre quando não há o perfeito ajustamento entre regras sociais articuladas no interior da família. Tal premissa relaciona o tempo da vida e definição de estágios geracionais, onde em cada estágio ou grupos etários seriam regulamentados de acordo com papéis socialmente estabelecidos como a criança, o adulto e o velho.

Tais estágios, em termos biológicos seriam essencialmente os mesmos em toda sociedade, porém, por serem definidos culturalmente são bastante diversos. Mudanças geracionais, enquanto parte da dinâmica social e seus fatores de integração, nem sempre ocorreriam de forma harmônica, pois a falta de realização social dos jovens no conjunto de possibilidades de inserções viáveis causa a sua associação em grupos da sua idade específica, onde torna-se possível compartilhar as suas frustrações.

Grosso (2004) aponta que a concepção funcionalista das discussões sobre juventude presente no século XX, em especial a de Eisenstadt, denominam tais sociedades de “sociedades universais”, onde os grupos juvenis são organizados em três tipos no mundo moderno: primeiro a escola, regulada por adultos; segundo, os grupos juvenis controlados por adultos; e em terceiro, os grupos juvenis informais.

Essa premissa apesar de demonstrar que a juventude é uma construção social e histórica, é engessada pelo viés funcionalista – “baseada em teorias sociais behavioristas, no interacionismo simbólico e no funcionalismo propriamente dito” (Grosso, 2004, p. 13) que concebe os conflitos geracionais, tais como os movimentos juvenis ou movimentos estudantis,

como anomias ou disfuncionalidades da sociedade que devem ser sanadas, e portanto caem em uma espécie de reducionismo naturalista da juventude.

Outra novidade trazida pelo século XX para juventude foi o poder de mercado, que possibilitava a descoberta de símbolos materiais ou culturais de identidade, contudo o que acentuava essas mudanças era o abismo geracional instaurado dentre as gerações a partir da década de 1960, grande parte das novas gerações não havia passado por conflitos políticos e crises econômicas que as gerações precedentes, *“eles não tinham lembranças antes do dilúvio”*. A Era de Ouro do capitalismo nos anos 1970 agravou esse abismo, que não se restringiu aos países industrializados, se traduzindo nas economias subordinadas pelo imperialismo num abismo entre *“gerações rurais e gerações ex-rurais, braçais e mecanizadas”* (Hobsbawm, 1995, p. 322).

Porém, essa nova geração de jovens oriundos da Era de Ouro do capitalismo apresentava uma antinomia, de acordo com Hobsbawm (1995, p. 325) as contestações políticas não eram mais em prol de mudanças sociais efetivas, mas sim *“anúncios públicos de sentimentos e desejos privados”*. E mesmo quando tais desejos eram acompanhados de protestos ou manifestações, a essência se mantinha no subjetivismo que:

Supunha um mundo de individualismo voltado para si mesmo levado aos limites. Paradoxalmente, o que se rebelavam contra as convenções e restrições partilhavam as crenças sobre as quais se erguia a sociedade de consumo de massa, ou pelo menos as motivações psicológicas que os que vendiam bens de consumo e serviços achavam mais eficazes para promover a sua venda (Hobsbawm, 1995, p. 327).

Diversas análises sociológicas indicam que a partir dos anos 1970 tem ocorrido a desinstitucionalização do curso da vida, onde as faixas etárias não seriam mais necessárias para determinar as fases da vida contemporânea no que diz respeito ao aspecto privado. Dentro dessa premissa a própria juventude enquanto categoria etária de experimentação teria perdido a sua razão de ser, dando lugar a “juvenilização”, identificada como um estilo de vida pautado pelo consumo, onde todos independente da sua idade podem assumir.

Groppo (2010) destaca que a partir dos anos 1970, surgiram interpretações sócio-históricas em torno do escopo pós-modernista que renovaram as discussões acerca da condição juvenil: *“Entre as muitas conclusões advindas destas novas concepções, destaca-se a ideia de que as categorias etárias se tornam cada vez mais “estilos de vida”. A juventude torna-se parte da vida humana que constitui uma identidade cultural própria, muito mais que uma “fase passageira”* (Groppo, 2010, p. 14). Dessa forma, dois movimentos reflexivos no



campo da juventude nas Ciências Sociais podem ser observados: 1) a superação da concepção de juventude enquanto socialização ou preparação para a vida adulta, que substituída pela ideia de juventude como estilo de vida; 2) a tentativa de repensar categorias modernas de rebeldia juvenil como “culturas” ou “sub-culturas” juvenis.

Sob determinado ponto de vista essa reprivatização do curso de vida pode ser considerada benéfica, uma vez que delibera a tão exigida liberdade pela qual lutavam a geração do Maio de 1968, *“em parte, porém, a reprivatização é determinada também, talvez principalmente, pela regressão dos direitos sociais observada com a intensificação do capitalismo, através do fenômeno da globalização legitimada pelas ideologias ‘neoliberais’”* (Groppo, 2010, p. 19).

Deve ser destacado que o acesso ao consumo que demarca a “juvenilização” da vida, continua bastante restrito no que diz respeito ao acesso de determinadas camadas sociais. Dessa forma, o que se tem observado é a negação da juventude no seu sentido moderno – enquanto momento de socialização secundária e preparatória que antecipa a maturidade no mundo público, inclusive enquanto proteção – negação esta que se estende cada vez mais para determinados grupos, e que significa na regressão de certas conquistas sociais e direitos garantidos enquanto aspectos positivos da universalização relativa das juventudes modernas. *“Um forte exemplo deste segundo ponto é a generalização do desemprego, da precarização do trabalho e a piora nas condições de vida, gerando insegurança aos jovens tanto do ‘mundo desenvolvido’ quanto nas partes mais ‘desenvolvidas’ do mundo pobre”* (Groppo, 2004, p. 20).

De acordo com Groppo (2010) os modelos pós-modernistas, enfatizam apenas o aspecto da condição juvenil enquanto uma “experimentação”, sendo somente os indivíduos e pequenos grupos diferenciados responsáveis pela criação sociocultural de identidades autônomas e sub-culturas. Sendo que a principal crítica feita em relação a esse modelo se traduz em seus aspectos metodológicos, uma vez que se utilizam de abordagens constantemente fenomênicas acerca da relação entre os jovens e a sociedade, que por sua vez resultam em análises carentes de abrangência histórica devido aos limites do seu enfoque microsociológico, *“que tem dificuldade em alçar a sua visão para além do individual, do particular, do cotidiano”* (Groppo, 2010, p. 15).

O capitalismo não é tomado enquanto categoria que poderia explicar tais mecanismos de fragmentação e complexificação na realidade sócio-econômica-cultural da condição juvenil: *“Não se leva tão a sério, ao contrário do que poderia ser feito, que os novos desdobramentos do modo de vida e produção capitalista vêm, justamente ao aprofundar a lógica de acumula-*

ção e exploração, reforçar estas tendências de fragmentação e compreensão do espaço-tempo social” (Groppo, 2010, p. 17-18). Dessa forma, a realidade política e propriamente estatal em relação aos jovens é vista somente como reativa, enquanto tentativas de buscarem autonomia, diferenciação e identidade.

Em contrapartida sob o viés da concepção pós-modernista desenvolvida a partir dos anos 70, a juventude passa a ser interpretada não mais enquanto uma categorização cronologizada do ciclo da vida, tal concepção parte da premissa de que cada vez mais ocorre a desinstitucionalização da vida social, sendo a juventude demarcada por identificações culturais determinadas por padrões de consumo e o que antes era denominado enquanto delinquência ou anomia passam a ser interpretadas enquanto sub-culturas.

Groppo (2010) destaca que outras formas de conceber a realidade social e a sua relação com os indivíduos são possíveis, sem deixar de considerar as contribuições oriundas desses modelos de identidade juvenil, onde ambos os fatores – ordem social e indivíduos – são levados em consideração, se articulando numa totalidade que se apresenta de forma contraditória e dialética.

A alternativa proposta por Groppo parte do suposto de que a condição juvenil se configura numa relação dialética entre sociedade *versus* indivíduos, fundamentada numa contradição entre o movimento de integração/socialização e o movimento da autonomia/criatividade, tal contradição se expressa historicamente em ações de institucionalização da juventude que são seguidas ou precedidas de ações ou resistências por parte de indivíduos ou grupos que se afirmam enquanto jovens:

Essa concepção ‘dialética’ da condição juvenil demonstra trajetórias de indivíduos e grupos juvenis oscilando no duplo movimento que envolve integração versus inadaptação, socialização versus criação de formas de ser e viver diferentes, papéis sociais versus identidades juvenis, institucionalização versus informalização, homogeneização versus heterogeneidade e heterogeneização, cultura versus subculturas etc. (Groppo, 2004, p. 19).

A abordagem proposta por Groppo (2004) discorda das premissas clássicas apontadas nas discussões acerca do conceito de juventude, por defender que esta não é simplesmente uma imposição da natureza, ou de uma realidade ideal, mas sim uma realidade concreta produto da ordem social e, portanto uma criação histórica, não um invariante universal.

Groppo (2010) aponta que os modelos modernos e pós-modernos se apresentam em oposição no que diz respeito a condição juvenil na modernidade e contemporaneidade, no modelo funcionalista, enquanto no modelo pós-moderno o polo da autonomia juvenil. Cada

qual a seu modo apresentam uma oposição a concepção dialética da juventude, o funcionalismo por enfatizar de forma quase absoluta a integração social que considera qualquer forma de autonomia como uma disfunção, ou seja, como perturbações a ordem social que tende sempre ao equilíbrio.

Os pós-modernistas por considerarem de forma exacerbada o polo da criatividade juvenil, tanto ao tratar a realidade social como algo imponderável a qual resta apenas adaptar-se, como também por considerar a ordem social apenas sob o seu aspecto homogeneizante, não destacando seus aspectos propositivos e criadores no que diz respeito a condição juvenil – que não necessariamente benéficos – levando a não conceber a totalidade contraditória formada na relação entre sistema social e indivíduo

A moderna estrutura etária fruto do pensamento ideológico liberal, que possui assim como outros produtos da modernidade é pensada enquanto universal, abstrata, generalizante e ideal, porém, assim como as demais construções sociais da modernização burguesa da sociedade – *“como a industrialização, a urbanização, a criação dos Estados Nacionais e dos mercados capitalistas”* (Groppo, 2004, p. 12) – a naturalização da juventude enquanto classificação etária “universal” não produziu nenhuma homogeneidade no que diz respeito ao tecido social, muito pelo contrário, a modernização burguesa da sociedade criou ainda mais desigualdades e diversidades.

Dessa forma, se faz necessário correlacionar a juventude com outras categorias sociais tais quais gênero, classe social, religião, nacionalidade, condição urbana ou rural, momento histórico, e até desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Sendo necessário correlacionar a juventude com outras categorias sociais e condicionantes históricos. Porém, de forma análoga a classe trabalhadora, que mesmo sendo bastante diferenciada no que diz respeito as suas particularidades possuem em comum o fato de serem vendedoras da sua força de trabalho, Groppo propõe uma interpretação da condição juvenil que dialeticamente articula a relação com o todo e a diversidade dos grupos juvenis.

Tal qual Marx através da concepção dialética os elementos constitutivos e contraditórios da realidade social e os movimentos desencadeados por tais elementos, Groppo (2004) propõe uma compreensão através dessa lógica para os elementos fundamentais e constitutivos das sociedades modernos no que diz respeito as categorias etárias, com enfoque na juventude:

Concebo a dialética das juventudes e da condição juvenil, primeiro, como a presença de elementos contraditórios no interior dos diversos grupos juvenis, elementos que colocam constantemente aquilo que é definido institucional e oficialmente em estado de superação, pela

própria dinâmica interna das coletividades juvenis e de suas relações com a sociedade mais geral (Groppo, 2004, p. 14).

O processo de modernização das sociedades abarca desde o seu início parcelas cada vez maiores de inúmeros grupos juvenis nas sociedades ocidentais e não ocidentais, tendo como primórdio a organização juvenil através de diversas instituições do “mundo adulto” tais como escolas, orfanatos, casas de correção, juventudes de igrejas, partidos políticos e Estados. Durante a segunda metade do século XX, tendo dos Estados Unidos como ser precursor, surgem novas modalidades de socialização nessas instâncias através das Universidades e o mercado de consumo com enfoque específico nos grupos juvenis:

O que se tem, portanto, na história das juventudes modernas, é um percurso dialético, entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia. A autonomia juvenil (que não deve ser confundida com esquerdismo, nem com revolta prioritariamente política) pode ser reprimida, contida ou ter os seus valores e elementos sociais absorvidos pela estrutura social (Groppo, 2004, p. 15).

O que era compreendido até então enquanto “delinquência”, sob o ponto de vista estrutural funcionalista no decorrer do século XX no que diz respeito a temática da juventude, pode ser tomado como algo ao mesmo tempo real e imaginário, uma vez que era o contraponto necessário para justificar uma institucionalização forçada, seja pela via da legislação seja pela via da escolarização. O que pode ser destacado como fator essencial no que diz respeito a condição juvenil nas sociedades modernas, é o fato de estarem em uma relação experimental com realidade social e as dinâmicas impostas pela sociedade contemporânea, tal condição consiste no perigo da desvalorização de experiências previamente acumuladas, como também na possibilidade de contestação do que parece ser imutável ou de valor universal.

Para Groppo (2010) a concepção dialética da condição juvenil ajuda a compreender melhor as continuidades e descontinuidades entre as rebeldias juvenis presentes no século XX, e eventos recentes que envolvem forte protagonismo juvenil, como a participação nos movimentos antiglobalização, os protestos estudantis pelo passe-livre no Brasil em 2006, as revoltas de jovens nos subúrbios franceses no final de 2005.

Uma diferenciação de tais mobilizações em relação aos movimentos juvenis que ocorreram nos anos 1960, diante da excessiva disciplinarização e homogeneização das instituições sociais modernas e tradicionais, é que ao invés de uma busca por maior liberdade, estes são norteados em uma luta pela igualdade como forma de manutenção de direitos ameaçados ou ainda pela conquista de direitos não alcançados:

Tal interpretação permite aproximar a análise destas rebeldias juvenis com a análise sobre a aplicação e os efeitos das políticas de desregulamentação ditas – neoliberais -, em que o desmanche do Estado e a erosão dos direitos sociais de cidadania; a confluência das análises é justamente a da “dialética das juventudes” com a precarização das instituições tradicionais e modernas de socialização e proteção de categorias etárias mais sensíveis (Groppo, 2004, p. 24).

Tais mobilizações não podem ser explicadas apenas pela criatividade subcultural ou pela construção de identidades alternativas, para compreender tais movimentos se faz necessário considerar que a estrutura etária “moderna” ainda é vigente para boa parte da população, só que sob caráter precarizado, que necessita de uma institucionalidade para obter proteção e socialização em fases mais sensíveis da vida, uma vez que não teria condições socioeconômicas para uma autoconstrução absoluta do seu estilo de vida

### **A colonização da América Latina, o capitalismo dependente e a condição juvenil periférica**

Para que possamos compreender as dinâmicas que moldam o curso da vida e a condição juvenil na sociabilidade gerada pelas relações de produção do sistema capitalista em sua periferia se faz necessário analisarmos a sua história, que é vasta e rica de constatações e particularidades históricas que fazem parte do problema aqui analisado. Porém, no vasto campo de elementos que fazem parte dessa complexa realidade, delimitaremos o nosso enfoque até então a apenas alguns desses, a saber: a imposição de padrões de dominações externas oriundas da hegemonia do mercado mundial e do capital monopolista; a função de constante provimento de força de trabalho barata erigida sob as mais diversas formas de trabalho escravo, e sobretudo a escravidão de africanos; e por fim, a superexploração do trabalho decorrente de ambos os processos anteriormente descrito, e as suas implicações na realidade concreta atual.

De acordo com Marini (2013, p. 47) a história do subdesenvolvimento do continente latino-americano é história do desenvolvimento da economia capitalista mundial, de maneira que para a compreensão de ambos, se faz necessária a compreensão dos mecanismos que formularam a evolução da economia capitalista mundial.

A designação da América Latina enquanto tal surge com a expansão do mercantilismo europeu no século XVI, onde o declínio dos países ibéricos que iniciam o processo de colonização do continente levam a situações conflitivas, das quais a Inglaterra devido ao seu dominação imposta a Espanha e Portugal se sobressai na exploração desse território. Somente nos três primeiros quartos do século XIX, em decorrência da afirmação do capitalismo indus-

trial nos países centrais do continente europeu, a região latino-americana é convocada a uma participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e consumidora de parte da produção leve gerada na Europa.

De forma concomitante surge o rompimento com o monopólio colonial ibérico desencadeado pelo processo de independência política de grande parte do continente, gerando as fronteiras nacionais ainda vigentes em nossos dias. Nesse período países que possuíam uma ligeira infraestrutura econômica e uma certa estabilidade política – a exemplo Argentina, Chile e Brasil – começaram através a expandir seu comércio com as metrópoles europeias através da exportação de matérias-primas e por meio da concessão de crédito dada pela Inglaterra começaram a aumentar o consumo interno de bens não duráveis, desenvolvendo um sistema de transportes portuário e ferroviário, desenvolvendo assim um mercado complementar a pesada produção europeia (Marini, 2013, p. 47-48).

A partir de 1875 novas potências começam a surgir no mercado exterior, como por exemplo a Alemanha e os Estados Unidos, e que começam a desenvolver políticas próprias em relação ao continente latino-americano, muitas vezes conflitivas em relação aos interesses britânicos, especialmente no campo do comércio, onde a influência norte-americana se torna latente em relação a alguns países, principalmente no Brasil, onde pode ser observado um deslocamento das exportações *“para a nova potência do norte”*.

Esse processo é correlato ao estabelecimento de monopólios nos países centrais, devido ao desenvolvimento da indústria pesada somada a concentração de unidades produtivas, o que força o capital a buscar fontes de aplicação mediante empréstimos públicos e privados, financiamentos, aplicações em ações e com menor medida investimentos, fora das fronteiras nacionais. A partir desse período *“a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista”* (Marini, 2013, p. 49).

O processo de industrialização e urbanização dos países centrais infla a demanda mundial de matérias-primas e alimentos, desencadeando para a economia exportadora americana um auge sem precedentes porém profundamente marcado pelo aprofundamento da dependência em relação aos países industrializados. Grande parte do desenvolvimento no setor exportador nos países dependentes passa a ser assegurado pelo capital estrangeiro através de investimentos diretos, restando as classes dominantes locais a disputa pelo mercado interno pelo controle de atividades secundárias, vendo grande parte dos seus principais produtos de

exportação – a exemplo do Chile com o salitre e o cobre, a Argentina com o frigoríficos e o Brasil com o café – irem diretamente para o capital estrangeiro.

Tal processo tem implicações com certo alcance pois, ao contrário dos países centrais onde a atividade econômica gira em torno das taxas interna de mais valia e de investimentos, *“nos países dependentes o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação, e se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte, nas importações”* (Marini, 2013, p. 50-51).

Para Marini (2013, p. 51-52) a dinâmica dependente da economia capitalista, uma vez que a mais valia gerada na esfera do comércio mundial é absorvida pelos capitalistas estrangeiros, gera duas consequências: tanto na redistribuição dentre as classes dominantes locais que tem a sua parte de mais-valia interna convertida em demanda de bens importados, o que reduz consideravelmente o excedente passível de ser reinvestido; como também, a parte da mais-valia presente nas mãos do capital estrangeiro só é reinvestida de acordo com os desígnios da economia central.

Dessa forma a economia desenvolvida ao longo do século XIX nos países latino-americanos é essencialmente exportadora, especializada em alguns poucos bens primários, e por consequência disso, as classes dominantes locais com o intuito de se ressarcir desta perda, aumentam exponencialmente o valor absoluto da mais-valia sob o trabalhadores através de um processo de submissão a superexploração do trabalho.

A consolidação conflituosa do imperialismo estadunidense – que se inicia em 1914 com a partilha colonial, avança com a desorganização econômica causada pela crise 1929 e culmina com a guerra pela hegemonia global em 1939 – intensifica a integração dos sistemas de produção do mercado latino-americano. Em meio a esse processo pode ser observada uma hipertrofia do aparelho estatal bélico, convertendo-se no principal agente de produção e consumo da economia por meio da indústria da guerra. A acumulação de capital nos países centrais aumenta exponencialmente devido a fatores que em ultima instância se correlacionam a superexploração do trabalho nas economias periféricas, o que acarreta em investimentos constantes nas economias dependentes que se integram por meio desse processo ao sistema produtivo das economias centrais.

A crise do mercado externo impõe um processo de industrialização nos países latino-americanos mais desenvolvidos, como Argentina, México e Brasil dentre os anos 1920 a 1950, porém de forma completamente diferente dos processos já ocorridos nos países europeus. A indústria desenvolvida no decorrer do século XIX possui um papel complementar a atividade

de exportação, dessa forma seus interesses coincidem rigorosamente com os setores agrários mercantis sem grandes diferenciações no seio da classe dominante, o que ocorre de forma concomitante a formação de uma classe média essencialmente composta por imigrantes, sem participar efetivamente do choque de interesses ali colocados (Marini, 2013, p. 54-55).

Dessa forma, a burguesia industrial abandona qualquer premissa de um desenvolvimento autônomo, em detrimento da garantia dos interesses da antiga classe dominante agro-exportadora. *“Dessa forma, a burguesia industrial latino-americana passa do ideal de um desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior”* (Marini, 2013, p. 62). Esse processo de transição dentro de posturas da classe dominante é expresso através do abandono das democracias liberais democráticas seguido pela instauração da ditaduras tecnocráticas-militares.

A superexploração do trabalho presente dentre os meios urbanos, até então suportável dentro dos marcos da fase política do bonapartismo alavancado pelo ingresso cada vez maior de membros das famílias proletárias no mercado de trabalho, trouxe para a burguesia o progresso tecnológico necessário para a criação da indústria pesada, devido ao aumento simultâneo da mais-valia absoluta e relativa das empresas beneficiadas por esse processo. Porém o aspecto mais dramático desse processo consiste nas populações periféricas e historicamente marginalizadas:

Sem uma posição definida no sistema de produção e vivendo de trabalhos ocasionais, esse subproletariado – que chega a superar, em certas cidades, um terço da população total – sequer pode se somar a reivindicação básica do proletariado industrial – a extensão horizontal do emprego ou, melhor dito, o direito ao trabalho –, e se limitou, na maior parte dos casos a reivindicações de consumo; converteu-se, assim, em massa de manobra de políticas demagógicas por excelência, pela impossibilidade objetiva de desenvolver uma consciência de classe, representou um dos suportes fundamentais do populismo (Marini, 2013, p. 68-69).

Florestan Fernandes (1975, p. 11-12) afirma que a semelhança dentre os países latino-americanos se origina por fator histórico em comum, uma forma de colonialismo moderno organizado e sistemático que se inicia com a “conquista” espanhola e portuguesa e adquire contornos mais complexos após a independência nacional dos países colonizados por essa



forma. Dessa forma, o que existe é a persistência de uma incorporação dependente dos países latino-americanos na evolução do sistema capitalista, integrados de forma subalterna ao espaço econômico, cultural e político ao desenvolvimento histórico do capitalismo enquanto sistema econômico de relações globais e as nações que hegemonizaram esse processo histórico.

Em termos sociológicos, a América Latina enfrenta dois problemas que decorrem desse processo: tanto uma nova forma de imperialismo engendrada pela hegemonia de uma superpotência capitalista nova, a saber, os Estados Unidos; quanto o enfrentamento a essa forma de imperialismo em um contexto de relações capitalistas demarcado pela presença de grandes corporações norte-americanas frente as debilidades econômicas, sócio-culturais e políticas que persistem mesmo nos países mais desenvolvidos da região. Esse conjunto de elementos gerou *“uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados”* (Fernandes, 1975, p. 11-12) onde a institucionalização do poder político se realiza através da exclusão permanente da classe trabalhadora dos mecanismos democráticos e intensa exploração laboral.

Tais relações de dominação e exploração ocorreram e ocorrem em diferentes fases e formas do desenvolvimento histórico das relações de produção capitalista na América Latina. A princípio, durante seus três primeiros séculos, o sistema colonial foi orientado sob o duplo fundamento legal e político do antigo regime, onde os colonizadores eram submetidos as vontades e interesses das Coroas, como vassallos lhes devendo obediência e lealdade, consistindo no denominado sistema antigo colonial. De maneira que, embora tenha sofrido durante alguns momentos históricos várias rupturas, os interesses dos colonizadores e da Coroa se mantinham orientados sob a mesma égide dos mesmos valores, que se expressa em fundamentos legais e políticos que exigem uma ordem social voltadas para a preservação institucional dos interesses de ambos, sem quaisquer outras considerações.

*“Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou a escravidão (de nativos, africanos ou mestiços)”* (Fernandes, 1975, p. 13) gerando uma sociedade com uma variedade de castas e estamentos onde apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas de poder transmitindo sua posição social através da linhagem europeia, porém tal estrutura também é flexível e capaz de absorver o controle das massas de nativos, africanos e mestiços através da classificação em diversas categorias de castas ou na manutenção da completa exclusão das estruturas estamentais enquanto estratos dependentes.

Sob o ponto de vista sociológicos três fatores levaram a crise dessa forma de dominação, primeiro, a falta de estruturas econômicas suficientemente fortes para sustentar o financiamento de atividades mercantis por parte da Espanha e Portugal, que desempenham um papel intermediário no desenvolvimento do mercado mundial, impondo um padrão de exploração colonial bastante severo, mesmo para os agentes privilegiados nas colônias americanas. O segundo fator diz respeito a disputa pelo controle econômico das colônias latino-americanas na Europa, especialmente entre a Holanda, França e Inglaterra, que detinham o controle externo do antigo sistema colonial na transição do século XVIII para o XIX. O terceiro fator, diz respeito a insatisfação de alguns setores da população colonial vitimados pela rigidez desse sistema e interessados na sua abolição, sendo estes bastante heterogêneos em sua composição social que se aglutinavam em torno do interesse de nativização dos interesses econômicos e políticos, grande parte das massas presentes nos processos de emancipação nacional foram recrutadas por tais setores.

Um segundo tipo de dominação passou a surgir a partir da desagregação do antigo sistema colonial, caracterizado pelo controle das exportações e importações na América Latina por países europeus, em especial a Inglaterra, no decorrer das primeiras décadas do século XIX, porém sob esse contexto havia mais interesse no comércio do que a produção local, que já estava organizada numa base compensadora de custos, ocupando o vácuo econômico deixado pela desagregação do antigo sistema colonial e uma posição estratégica nas esferas comerciais e financeiras. Sob essa forma a dominação externa assumiu um caráter bastante indireto, sendo necessário apenas a expansão de agências comerciais e bancárias com um pequeno quantitativo profissional qualificado.

As ex-colônias não possuíam os recursos necessários para produzir os bens que importavam, e grande parte das grandes elites tinham interesse na manutenção na continuidade da exportação, enquanto como produtores de bens primários podiam absorver uma parcela do *quantum* produzido e que antes lhe era subtraído pelo antigo sistema colonial. Sob essa forma de dominação foram agravados fatores estruturais, que desempenhavam uma função bem clara: a manutenção do *status quo* da economia, com a cumplicidade das classes dominantes locais compostas essencialmente pelos setores voltados para a exportação, ou seja, os grandes produtores rurais e seus agentes comerciais urbanos: “*O esforço necessário para alterar toda a infra estrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial*” (Fernandes, 1975, p. 16).

Um terceiro tipo de dominação externa se inicia com a revolução industrial europeia no decorrer da segunda metade do século XIX, no qual as novas formas de colonialismo tiveram papel decisivo em sua dinamização, sendo uma fonte de acumulação de capital nos países europeus e originando mercados nacionais voltados para a reserva e essenciais para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Esse processo desencadeou novas dinâmicas para a articulação das economias periféricas da América Latina, orientadas pela direção e dinamismo dos países centrais, intensificando a influência externa em todas as esferas da sociedade não mais apenas de forma indireta através do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça de processos diretos voltados para o crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural de forma subordinada.

Tais procedimentos desencadearam num complexo mecanismo de controle financeiro das economias satélites, voltados para a proteção das classes dominantes rurais na modernização da produção agrícola, a inserção da indústria voltada para bens de consumo e a ampliação do capital financeiro, *“em síntese, as economias dependentes foram transformadas em mercadoria, negociáveis a distância, sob condições seguras e ultra-lucrativas”* (Fernandes, 1975, p. 17). Nesse processo encontramos um duplo caráter de dominação imperialista, tanto no condicionamento e reforço a uma estrutura econômica arcaica voltada para importação-exportação de matérias-primas e bens de consumo primário, quanto no negligenciamento do desenvolvimento nacional ignorando uma integração econômica efetiva.

Um quarto padrão de dominação externa surgiu recentemente, correlato a expansão de grandes empresas corporativas e os seus monopólios em países latino-americanos, trazendo para a região um nova tônica a produção e ao mercado. Que se apodera da riqueza produzida no continente através dos mais diferentes mecanismos financeiros, seja por meio da associação a sócios locais, corrupção ou pressão que desmantela posições ocupadas anteriormente por empresas nacionais.

Três pontos assumem bastante relevância na forma de controle externo adotada a partir dessa forma, o primeiro diz respeito as condições dadas pelas relações capitalistas modernas e o desenvolvimento tecnológico partilhado pelos países centrais dotados de poder econômico, o que implica em um imperialismo total que organiza a sua dominação a partir de dentro em todos os níveis da ordem social, que vai desde políticas de controle da natalidade, acesso aos meios de comunicação, a política educacional e a transplantação maciça de tecnologias e instituições sociais orientadas pelos expedientes do capital financeiro externo.

O segundo revela a carência, mesmo nos países mais desenvolvidos da América Latina, de condições para um desenvolvimento social, econômico e cultural rápido com bases

autônomas, tendo grande parte da sua modernização implementada por instituições e pessoal estrangeiro. E o terceiro, consiste na impossibilidade das economias periféricas e dependentes de se impor dentro dos seus mercados nacionais ao subdesenvolvimento e suas consequências, dando as suas respectivas classes dominantes um caráter subalterno e subserviente aos interesses do capital externo.

Os quatro padrões de dominação externa na América Latina, bem como as transições da economia colonial para a economia nacional, assim como do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, produzem sempre três realidades estruturais diversas. A primeira, é a concentração de renda e prestígio social nas mãos das parcelas da classe dominante local que possui relevância estratégica para o interesse hegemônico da dominação externa. A segunda é a coexistência estruturas econômicas, socioculturais e políticas interdependentes que se tornam igualmente necessárias para a exploração de toda a economia, voltada para a exploração externa e a concentração interna tanto de riquezas como de poder político. E a terceira é a exclusão da ampla parcela da população da ordem social, econômica e política existente, sendo esta um requisito estrutural para a manutenção e estabilidade de todo o sistema (Fernandes, 1975, p. 20).

Eric Williams (1975, p. 9) traz que a história da colonização do continente americano e a expansão marítima europeia se confunde com a história da produção no chamado “Novo Mundo” e o trabalho escravo. As exploração das riquezas extraídas da terra sob a forma de colônias somente poderia ter sido possível para o padrão de acumulação capitalista moderno na produção de matérias-primas através do trabalho escravo, de maneira que essa instituição econômica sob a qual já havia erguido a Grécia antiga e o império romano foi ressuscitada nos tempos modernos para produzir o açúcar das xícaras de chá ou o algodão necessário para as bases do capitalismo moderno.

E embora o pensamento liberal de então condenasse a escravidão, alertando para a qualidade do trabalho obtido de um trabalhador assalariado em relação ao escravo, sob as circunstância da produção em larga escala de vastas quantidades de terra o trabalho escravo assumia vantagens indiscutíveis:

Onde todo o conhecimento requerido é simples e uma questão de rotina a constância e cooperação no trabalho, a escravidão é essencial, até o momento em que, pela importação de novos recrutas e pela procriação, a população já atinja o ponto de saturação e a terra disponível já esteja distribuída. Quando tal etapa é atingida, e somente então, as despesas da escravidão, em forma de custo e manutenção de escravos produtivos e improdutivos, excedem o custo de trabalhadores assalariados. (Williams, 1975, p. 11)

Dessa forma, temos o racismo como consequência da escravidão, na deformação ideológica dada a um fenômeno de natureza essencialmente econômica, que encontra na sua primeira vítima no Novo Mundo não no negro, mas sim no índio, embora estes sucumbissem facilmente ao trabalho excessivo, as doenças do homem branco e a alimentação insuficiente. *“Acostumados a uma vida de liberdade, sua constituição e o seu temperamento não se adaptavam aos rigores da escravidão das plantações”* (Williams, 1975, p. 12).

Outras formas também foram criadas para ampliar os mecanismos de exploração da mão-de-obra barata, como por exemplo a servidão contratual, ou ainda a deportação por qualquer crime, o que *“condizia com as teorias mercantilistas da época que preconizavam vigorosamente que se pusesse o pobre no trabalho industrioso e útil e se favorecesse a emigração, voluntária ou involuntária, a fim de aliviar a proporção de pobres e achar ocupações mais proveitosas para os ociosos e vagabundos da metrópole”* (Williams, 1975, p. 14).

Contudo nenhuma dessas outras formas era tão proveitosa ao contexto laboral encontrado nas colônias quanto o trabalho escravo do continente africano, o homem negro alienado de sua terra, valores e linguagem estava sujeito por toda sua vida a sua condição de posse fornecendo por bastante tempo o fruto da exploração a partir do seu trabalho:

Diferenças raciais tornavam mais fácil justificar e racionalizar a escravidão negra, impor a obediência mecânica de um boi arado ou um cavalo de carroça, exigir aquela resignação e aquela completa submissão moral e intelectual que tornava possível o trabalho escravo. Finalmente, e essa era o fator decisivo, o escravo negro era mais barato. O dinheiro que custeava os serviços de um homem branco por dez anos poderia comprar um negro para a vida toda (William, 1975, p. 24).

É sob esse fator econômico, o baixo preço do trabalho, que é erguida a ideologia racial e todas as suas amplas alegações de características subumanas atribuídas às diferenças étnicas. E também é sob esse fator que estão erigidas as desigualdades sociais draconianas presentes na sociabilidade capitalista dos países periféricos, a superexploração do trabalho aqui presente e a permanente exclusão das grandes massas populacionais dos mecanismos de integração social.

Dentre os elementos descritos por Florestan Fernandes como padrões de dominação externa a qual a América Latina está sujeita, se faz presente a exclusão sumária das massas de qualquer mecanismo de redistribuição da riqueza socialmente produzida no continente. Creio que um dos elementos cruciais sob a qual é erigida a condição juvenil no contexto das relações de produção geradas pela sociabilidade capitalista no continente latino-americano seja a

permanente exclusão de uma parcela delimitada historicamente da população jovem aos parâmetros modernos de integralização a sociedade, seja pela falta de acesso as instituições educacionais, seja pela constante necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e na sua conseqüente permanência na informalidade decorrente do fator previamente citado.

Tal condição é conseqüência histórica do trabalho escravo na formulação de uma sociedade endemicamente racista, demarcada pela permanente cisão dos interesses de uma grande maioria explorada e a pequena elite de exploradores formulados pela luta de classes nos países colonizados, onde o projeto de sociedade moderna sempre será incompleto, periférico e dependente dentro do sistema capitalista de produção mundial.

Desde a abolição institucional da escravidão, a maior parcela da população jovem tem sido excluída de grande parte dos mecanismos institucionais de integralização dos indivíduos a sociedade no sentido moderno atribuído ao curso da vida, sendo absorvida e mantida seja na completa marginalidade que os excluídos pelo sistema penal, ou no trabalho informal e precário alheio qualquer forma de regulamentação, ou ainda a qualquer perspectiva de ascensão social, que por sua vez movimentam a constante e histórica função designada aos países subdesenvolvidos de suprir a demanda de força de trabalho barata no mercado.

A superexploração do trabalho presente nas relações capitalistas dependentes propostas por Marini é dessa forma um dos elementos centrais na formulação do curso da vida latino-americana, e impacta diretamente na condição juvenil periférica, seja por meio do ingresso precoce ao mercado de trabalho para garantir a sua própria subsistência ou complementar a renda familiar, seja pela exclusão das instituições educacionais para qualificação profissional e pessoal gerada pela falta de acesso ou tentativas de conciliação com o trabalho, ou ainda nos mais variados mercados ilícitos que envolvem o sistema penal e seus delitos.

As taxas de mortalidade dentre jovens negros, a massiva população carcerária composta em sua esmagadora maioria por jovens, e os alarmantes índices de desemprego dentre a juventude, revelam a consonância entre os ecos históricos de uma população marginalizada e as contradições presentes em nossa atualidade na permanência de um projeto de sociedade incompleto e insuficiente.

O trabalho escravo sob o qual esse complexo sistema de dominação foi erigido, conforme mostra Eric Williams, revela que desde os seus primórdios a acumulação e exploração desencadeados pelo sistema capitalista no contexto dos países colonizados não implica em respostas perceptíveis na sua realidade concreta aos limites desse projeto incompleto de sociedade. Muito pelo contrário, o seu desenvolvimento só tem significado o aumento do subde-

envolvimento, da dependência e superexploração das massas por uma pequena parcela da elite local em detrimento dos interesses do mercado mundial.

Restam aos herdeiros dessa espoliação trazerem a realidade concreta as soluções através de uma transformação contínua que envolve a construção de um outro projeto de sociedade, no qual a juventude pelo sua capacidade iminente transformadora da realidade, através das instituições sociais e a cultura dentre outros elementos da vida social, possui uma função crucial se almejar uma plena integralização no seio dos interesses da sociedade.

### **Apontamentos para entender a condição juvenil periférica no Brasil**

Observar todo o conjunto de particularidades históricas que decorreram do processo de acumulação capitalista no contexto brasileiro e as suas implicações no curso da vida, e em específico na condição juvenil, demandaria um esforço ao qual este breve estudo não poderia realizar. Porém, se partirmos dos indícios já previamente abordados, e os dois principais fatores que moldam a condição juvenil periférica, a saber, a exclusão dos mecanismos de acesso a educação institucional da maior parcela da população devido a inserção precoce no mercado de trabalho em condições precárias e a permanência nestas decorrente da falta de qualificação profissional e pessoal, podemos chegar a alguns apontamentos acerca dos principais fatores que moldaram no decorrer da história a condição juvenil periférica no Brasil.

Para Cury (2008, p. 208) a educação escolar é uma instituição moderna cuja função foi delegada a um lugar de acesso ao direito ao saber e cidadania, enquanto direito possui uma conceituação duramente conquistada no decorrer do processo histórico de formulação da sua natureza e funções, especialmente no que diz respeito a sua institucionalização enquanto dever do Estado. E embora desde o princípio seja orientada por uma compreensão instrumentalizadora sujeita a relações contratuais de mercado, devido a sua natureza multiplicadora que envolve a relação ensino/aprendizagem a educação escolar costuma a ser rebelar contra o aprisionamento exclusivamente instrumental.

Para compreender a falta de acesso a esse direito universalmente estipulado, algo que envolve obstáculos que transpõem o interior de contextos sociais demarcados pela desigualdade na apropriação de bens socialmente produzidos, propõe a exclusão como categoria de análise, porém não de forma genérica meramente transposta de qualquer momento histórico ou de qualquer contexto social, mas que se considerada a lógica das relações capitalistas pode ser entendida como uma inclusão excludente (Cury, 2008, p. 209).

No que diz respeito ao contexto brasileiro, a atual realidade reflete uma inclusão excludente e seletiva, que se observada nos seus marcos legais revela precedentes históricos, o que nos permite *“uma aproximação do processo histórico cujo peso ainda hoje vemos as consequências, quanto pode nos permitir uma abertura para novas possibilidades”* (Cury, 2008, p. 210) . Se observarmos a Constituição Imperial de 1824 vemos assegurado o direito *“instrução primária gratuita”* mas somente para aqueles que fossem cidadãos brasileiros nascidos libertos ou ingênuos, os nascidos livres de pais livres, de maneira que *“a Constituição Imperial não reconhece os escravos como cidadão. Desse modo, o estatuto da escravatura, tacitamente acolhido, tem, por abjeto que seja, o outro como objeto, propriedade, mercadoria.”*(Cury, 2008, p. 210).

De maneira que na época da Independência, se considerados apenas critérios sócio-étnicos, 40% dos habitantes não eram considerados cidadãos e portanto não teriam acesso a educação, além de outras limitações espaço-populacionais ao estipular que *‘em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias’*, limitando o acesso em regiões do interior do país, onde o isolamento da população residente em latifúndios monoculturais e destinando apenas a barreiras assinaladas a moradores urbanos (Cury, 2008, p. 211).

Após a abolição da escravidão em 1888, e o estabelecimento da primeira República em 1891, temos a instrução como condição de acesso aos direitos políticos, tendo em vista que com o fim do voto censitário o voto passa a ser *“universal”* para sujeitos do sexo masculino e *“letrado”* (Cury, 2008, p. 212), de maneira que a educação enquanto direito só ganhará referência na Constituição de 1934, sendo *“obrigação dos poderes públicos presta-la, no ensino primário, gratuita e obrigatoriamente nas escolas oficiais, a vinculação de percentuais dos impostos federativos para a educação e o estabelecimento de um plano nacional de educação”* (Cury, 2008, p. 213)

Porém aqueles que quisessem prosseguir para além do ensino primário, deveriam passar por exames de seleção que seriam de acordo com as capacidades didáticas da instituição, tendo uma concepção elitista de caráter abertamente organicista e hierárquico de educação assumida na constituição do *“Estado Novo”* em 1937, criando um dualismo entre a escola pública e a particular, atribuindo a primeira função de atender as classes menos favorecidas com ensino profissional (Cury, 2008, p. 214).

Sob a Constituição de 1946 temos a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.204/61), que *“isenta”* de serem destinatários de educação aqueles que comprovarem *“estado de pobreza”*, *“insuficiência de escolas”* ou por essas terem as *“matrículas en-*



cerradas” (p. 214), de maneira que a desigualdade social fruto explícito de relações econômicas, sociais, e políticas determina o acesso a um direito proclamado como essencial para a vida social, *“a face manifesta da inclusão excludente é a privação de determinados direitos e bens sociais para ser, ao mesmo tempo, precariamente incluído em outras dimensões da produção da existência social. Vale lembrar que, até hoje, o Brasil conta com muitas crianças sob a égide da perversidade do trabalho infantil”* (Cury, 2008, p. 215).

O golpe militar de 1964 traz novas consequências para a educação escolar, tendo na constituição de 1967 a desvinculação da educação através da obrigatoriedade restrita a faixa de sete a quatorze anos, o que somada a migração rural para centros urbanos passou a exigir uma expansão da rede física e uma formação docente que considerasse o aluno presente no sistema público pertencente a diversos seguimentos populares, porém o que se tem é uma expansão das contratação profissional mais precarizadas, trazendo a entrada de docentes no sistema de ensino em geral destituídos da integração ensino pesquisa, e com qualidade limitada (Cury, 2008, p. 215).

Teríamos na Constituição de 1988, a pretensão de concretizar plenamente a modernidade no país tendo o Estado um enorme papel nesse acerto de contas, o que permite *“constatar, assim, como o Brasil avançou em sua legislação em matéria de reconhecimento de direitos – o que não pode ser minimizado – mas, ao mesmo tempo, como estamos longe de estabelecermos um patamar que seja condizente com esses valores, princípios e normas, os quais, em última instância, expressam o desejo de milhares de brasileiros”* (Cury, 2008, p. 216).

Cury (2008, p. 217) aponta que o contraste entre a real situação do país frente a necessidade de eliminar as lacunas anacrônicas presentes no acesso a educação, bem como as injustiças sociais geradas pela desigualdade social e o autoritarismo como obstáculo em relação a democracia ganham relevo no texto constitucional de 1988, ao determinar os objetivos fundamentais do Estado. Embora *“em que pesem os avanços conquistados na educação escolar, desde então, como a proximidade da universalização do ensino fundamental, a disciplinarização do financiamento, a ampliação do ensino médio e a discreta abertura na educação infantil, há muito o que fazer”*, com avanços parcos na quantidade de vagas fornecidas pela educação institucional, e no que diz respeito a qualidade beiram ao fracasso.

A inclusão excludente ao sistema educacional, de acordo com Cury (2008, p. 217), atinge “preferencialmente” as classes populares, aqueles que possuem baixa renda no âmbito social, são oriundos de regiões distantes dos grandes centros de acumulação e menos desenvolvidas do país, e que padecem de discriminações de toda sorte, desde preconceitos a violações sistemáticas aos direitos humanos. Tal processo possui uma larga precedência histórica:

[O] ‘empurra-empurra’ entre os poderes gerais do Império e dos poderes provinciais, a iniquidade da escravatura, a descentralização sem recursos desde o Ato Adicional e a perversa distribuição da renda geraram uma herança até hoje pesada e não superada e que articula fatores sociais, étnicos, espaciais, regionais e o acesso, a permanência e o desempenho qualitativo na escola (Cury, 2008, p. 217).

Santos e Gimenez (2015, p. 153) apontam que a elevada taxa de jovens no mercado de trabalho brasileiro, comparada a outros países, sempre esteve atrelada a formas degradantes de exploração laboral e com evidentes impactos negativos nas condições educacionais de jovens. Dessa forma, ressaltam que uma análise acerca do processo de inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro não pode ser dissociada das características concentradoras e excludentes que envolveram o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, *“responsável pela construção de uma das nações com os mais elevados índices de desigualdade econômica, regional e entre diversos segmentos da sociedade”* (p. 154)

Fruto do processo de “libertação” dos escravos mantidos ainda em condições marginalizadas e sem acesso a renda produzida pela economia cafeeira e pelo lento processo de diversificação da estrutura produtiva, o Brasil da República Velha contava com uma população majoritariamente jovem – de acordo com o censo de 1920, cerca de 71,5 % da população tinham até 29 anos, e 41,1% tinham até 14 – mas não somente jovem, também era um país com a renda *per capita* bastante baixa e fortemente concentrada, representando apenas 17,3% da renda norte-americana, 27,7% da argentina, e um pouco mais que 58% da renda *per capita* latino americana (Santos e Gimenez, 2015, p. 154).

Nessas condições, com a pobreza das famílias e as dificuldades de acesso a um sistema educacional extremamente reduzido e limitado as elites e as classes médias mais abastadas, a imensa maioria da grande população infantojuvenil seria empurrada para o trabalho: nas atividades de subsistência no meio rural e urbano; como ajudantes do trabalho familiar; como trabalhadores por conta própria em atividades extremamente precárias no meio urbano; como assalariados nas ocupações associadas ao trabalho manual, as extensas jornadas, aos reduzidos rendimentos, a elevados índices de acidente de trabalho, especialmente na construção, na indústria têxtil, nas atividades agrícolas e extrativas, no comércio informal (Santos e Gimenez, 2015, p. 154-155).

De acordo com Santos e Gimenez (2015, p. 155) o processo de industrialização do Brasil – de 1930 a 1980 – produziram transformações brutais nas estruturas sociais e econômicas do país, tendo no crescimento econômico acelerado e no avanço da industrialização produzido uma das migrações rurais para o meio urbano mais intensas do século XX. *“Entre*

*1950 e 1980, quase 40 milhões de brasileiros deixaram o campo e migraram para as áreas urbanas em busca das oportunidades geradas pela industrialização, fortemente concentradas na região Sudeste do país, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo”.*

Contudo, a expansão rápida da capacidade produtiva do país que promoveu algumas transformações na estrutura social brasileira foi incapaz de eliminar a pobreza e diminuir as desigualdades presentes no país, mantendo o Brasil em 1980 dentre os países com maiores índices de desigualdade do mundo. Tal modelo de exploração tão dinâmico e concentrador foi, de acordo com os autores, determinado pelo ordenamento político dado pelo golpe militar de 1964, mantendo a persistência de níveis constrangedores de pobreza, analfabetismo, mortalidade infantil dentre outras mazelas em meio há um acelerado processo de crescimento econômico. De maneira tal que, em 1980, quando o país alcançava um estágio avançado de industrialização e alçava a oitava economia mundial, a taxa de participação dos jovens de 10 a 24 anos era mais de 40% (Santos e Gimenez, 2015, p. 155-156).

O que torna constatável que num contexto de extrema e adversa concorrência num mercado de trabalho marcado pelo elevado excedente de força de trabalho, com baixos salários e uma enorme desigualdade, se tornou uma estratégia para a elevação da renda familiar por meio do aumento de familiares ocupados em atividades remuneradas:

Com efeito, para imensa maioria pobre da cidade – negros, mulatos, mestiços, e também brancos migrantes ou residentes das regiões mais pobres – a estratégia de melhoria de vida ou de ascensão social passou pela manutenção das crianças e jovens no mercado de trabalho, que iniciavam o trabalho até mesmo com menos de dez anos de idade (Santos e Gimenez, 2015, p. 156).

No decorrer dos anos 1980 a 1990, é observável que em um contexto de crise econômica e transformações estruturais adversas ao emprego e aos trabalhadores, há uma elevada taxa de participação juvenil, com impactos imensamente adversos sobre a inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, tendo como efeito em 2003, ano das mais elevadas taxas de desemprego registradas até então no Brasil, “a taxa de desemprego metropolitana na faixa etária de 15 a 24 anos alcançou 25,3%, sendo ainda muito maior na faixa de 15 a 17 anos (38,1%), do que os 23,4% da faixa de 18 a 24 anos” (Santos e Gimenez, 2015, p. 156).

Santos e Gimenez (2015, p. 157) afirmam que somente nos anos 2000 houve uma redução expressiva na taxa de participação dos jovens em idade ativa e economicamente ativa – na faixa etária de 15 a 24 cerca de 56,1% - resultado de uma transição demográfica que foi acompanhada pelo expressivo aumento da expectativa de vida dos brasileiros, bem como da

elevação na participação das pessoas com 60 anos ou mais na população total e na estrutura ocupacional.

Ainda no que diz respeito da expansão do ensino superior no Brasil, uma parcela importante dos jovens que concluem o ensino médio não tem acesso imediato a universidade, *“basta considerar, nesses termos, o fluxo anual de quase 2 milhões de concluintes do ensino médio e o estoque de quase 8 milhões de brasileiros que já concluíram o ensino médio e ainda não ingressaram na universidade”* (Santos e Gimenez, 2015, p. 162). E ainda, apesar do robusto movimento de ampliação das vagas no sistema de ensino brasileiro, ainda é significativa a quantidade de jovens brasileiros fora da escola – de acordo com o PNAD-IBGE de 2012, cerca de 18 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estavam fora da escola, e ainda 1,8 milhão não cursavam o ensino médio, dentre aqueles na faixa etária de 18 a 24 anos, 64,8% não estudavam.

Infelizmente ainda se assomam a esses dados outras nefastas estatísticas acerca da condição juvenil periférica, observada apenas em seu aspecto macrossocial, no que diz respeito as particularidades históricas moldadas pelo processo de acumulação capitalista no Brasil. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 (Brasil, 2014), 53,3% das vítimas de homicídio que ocorreram naquele ano eram jovens, dentre estes, 68% eram negros, o que se levarmos em conta que em 2013 das 2.212 pessoas mortas 81,8% foram mortas em ações policiais, temos uma breve dimensão do racismo institucionalizado que leva há diversos seguimentos do movimento negro contemporâneo nomear em termos de genocídio.

O Mapa da Violência, utilizado como fontes de dados em diversas pesquisas sobre mortalidade traz revelações ainda mais alarmantes. O categoria juventude, na interpretação utilizada pelo Mapa, é entendida enquanto essencialmente sociológica remetendo ao processo de preparação do indivíduo para o assumir o papel de adulto na sociedade, tanto em seu aspecto familiar como no aspecto profissional, ou seja, na produção e reprodução da vida humana (Waiselfisz, 2014, p. 5).<sup>2</sup>

Em 2012 o Brasil contava com um contingente estimativo de 52,2 milhões de jovens, o que representa 26,9% em uma população total de 194,0 milhões de habitantes. Em 1980, apesar da menor quantidade de jovens – 34,5 milhões – estes representavam 29% em população de 119,0 milhões de habitantes. De acordo com Waiselfiz (2014, p. 12) esse estreitamente na base da pirâmide populacional esta ligado essencialmente aos processos de moderniza-

<sup>2</sup> Em agosto de 2013, foi aprovada a Lei 12.852, que em seu art. 1 define enquanto jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade.

ção e urbanização da sociedade brasileira, que teriam originado quedas sucessivas das taxas de fertilidade: *“Apesar dos ganhos globais, a taxa de mortalidade juvenil manteve-se estagnada, e até teve um ínfimo aumento ao longo do período, passando por 146 mortes por 100 mil jovens, em 1980, para 149, em 2012”* .

Waiselfiz (2014, p. 129) se utiliza no Mapa da Violência, da classificação proposta pelo IBGE para analisar as relações entre raça e cor nas taxas de mortalidade, com efeito, entende-se como negro a somatória dentre aqueles que se autodeclaram pretos ou pardos. Porém, enfatiza que há problemática metodológica na utilização dessas categorias, pois a fonte para as populações de raça e cor são extraídas com base nas entrevistas realizadas pela PNAD e os Censos populacionais que partem das autoafirmações dos indivíduos, enquanto a fonte utilizada para analisar a mortalidade partem de afirmações externas, que nem sempre coincidem, o que demanda que as taxas de homicídios analisadas devam ser tomadas com cautela, *“são mais aproximativos do que assertivos”* (Waiselfiz, 2014, p. 130).

Fatores como epidemias, doenças infecciosas que costumavam a ser as principais causas da mortalidade juvenil no intervalo de cinco ou seis décadas foram substituídas pelas chamadas causas externas – homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Em 1980 tais causas externas eram responsáveis por 50% das mortes de jovens no país, já em 2011 acima de 2/3 dos jovens brasileiros, 71%, morreram por causas externas (Waiselfiz, 2014, p. 13). Um dos critérios utilizados por Waiselfiz para analisar a estrutura evolutiva da mortalidade dentre jovens, é a divisão em dois grupos, o de jovens – de 15 a 29 anos – e o de não jovens, ou seja, aqueles que não chegaram aos 15 anos e aqueles que já passaram dessa faixa etária (Waiselfiz, 2014, p. 18). No período de 1980 a 2012, é possível observar que 62,9% das mortes de jovens envolvem as causas externas, o que na população não jovem é apenas de 8,1%. Das mortes causadas por homicídios, na população jovem representam 28,8%, enquanto na população não jovem apenas 2,0% (Waiselfiz, 2014, p.19).

Ao analisar a evolução de homicídios partindo das categorias propostas pelo IBGE, *“já de início, podemos observar uma acentuada tendencia de queda no número de homicídios da população branca e de aumento no número de vítimas da população negra”* (Waiselfiz, 2014, p. 130), no desenrolar da década entre 2002 a 2012, o número de vítimas dentre a população branca diminuiu de 19,846 para 14,928 o que representa uma queda de 24,8%, enquanto dentre a população negra houve um aumento de 29,656 para 41,127, expressando um crescimento de 38,7% em taxa de homicídios. Se em 2012 o índice de vitimização da população negra em homicídios era de 73% a mais que brancos, no desenrolar da década de 2002 a 2012 houve um aumento de 100,7% dos mesmos índices.

Tais dados expressam que, embora não hajam grandes alterações nas taxas nacionais de homicídio no mesmo período, houveram transformações profundas no que diz respeito a lógica interna sob a qual a violência é articulada tonando constatável uma crescente seletividade social dos que serão assassinados. De acordo com Waiselfiz (2014, p. 132) quando observada as taxas de mortalidade dentre jovens tal seletividade socialmente estabelecida tende-se a ser acentuada, no decorrer da década 2002 a 2012 o número de homicídios dentre jovens brancos cai 32,2% e quanto o jovens negros aumenta em 32,4%, além de, a taxa de homicídios de jovens branco cai 28,6% e a de jovens negros aumenta em 6,5%. O que torna perceptível o aumento da vitimização de jovens negros no decorrer da última década, gerando uma proporção de para cada morte de um jovem branco por assassinado, morrem 2,7 jovens negros pela mesma razão.

No período de 1980 a 2012, as taxas de homicídios dentre jovens aumentam de 19,6 para 57,6 por 100 mil jovens, representando um aumento de 194,2%, enquanto que, no restante da população denominada não jovem, durante o mesmo período passam de 8,5 para 18,5 por 100 mil, um crescimento de 118,9%. Isso revela que as taxas de mortalidade juvenil mais que triplicaram em relação as do resto da população.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), na faixa etária de 18 a 24 anos a população carcerária aumentou de 29,1% para 29,8% no intervalo de 2012 para 2013. Na faixa etária de 25 a 29 anos decaiu de 25,6% em 2012, para 25,0% em 2013. De maneira que, em 2012 cerca de 54,7% da população carcerária brasileira era composta de jovens com menos de trinta anos, com um leve aumento em 2013 para 54,8%. Se levada em conta a categoria racial utilizada pelo IBGE para classificação da população negra, o somatório entre pretos e pardos, temos um total de 61,2% negros dentre a população carcerária em 2012 (44,1% pardos e 17,1% pretos). Em 2013, 61,3% (somatório de 17,3% pretos e 44,4% pardos).

Tomando como ponto de partida os dados apresentados por Santos e Gimenez, podemos perceber que desde a República Velha, no contexto brasileiro, sempre houve uma grande participação de jovens no mercado de trabalho, um recurso utilizado pelas famílias para ampliar a renda, que só corrobora o argumento previamente levantado a partir da tese abordada por Marini acerca da superexploração do trabalho no subdesenvolvimento latino-americano como um elemento central para entender a formulação do curso da vida no que diz respeito a sociabilidade engendrada por esse modo de produção no Brasil.

Ser jovem no Brasil historicamente significa, para a maior parcela da população, ter uma inserção precoce nas dinâmicas presentes no mundo do trabalho, em sua grande parte precarizado e sem perspectiva de profissionalização ou acesso a direitos sociais e trabalhistas,

com o único intuito de garantir a sua própria subsistência, acesso a bens de consumo ou ainda contribuir para as despesas familiares.

A educação institucional, mesmo em seu aspecto mais ideal, ou seja, enquanto um direito, pode-se dizer que nos marcos do subdesenvolvimento brasileiro – tomando as premissas apresentadas por Cury – é no mínimo historicamente restrita, quando não deliberadamente excludente. As implicações que essa constatação traz ainda carecem de uma análise mais profunda, porém, nos permite de maneira muito breve concluir que no que diz respeito a integração do indivíduo a sociedade em termos modernos – como propõe a escola funcionalista nos estudos sobre juventude no decorrer da primeira metade do século XX – no Brasil nunca concretamente efetivada com a garantia básica de acesso a educação pública, gratuita e de qualidade para a grande maioria da sua população, sendo tal qual um espelho do modo de produção aqui historicamente desenvolvido, precária e excludente.

Novamente, as consequências que isso acarreta no curso da vida e na condição juvenil no contexto brasileiro ainda carecem de uma análise mais aprofundada, mas de antemão, é possível correlacionar com a latente precarização do trabalho dentre jovens que persiste até os nossos dias devido tendo talvez como principal aspecto a falta de acesso a uma formação profissionalizante adequada as necessidades produtivas do desenvolvimento nacional, sempre orientado por potências estrangeiras conforme demonstra Florestan Fernandes, e por sua vez, se relaciona de forma intrínseca com a manutenção da força de trabalho a baixos custos, possível objeto de interesse para a organização produtiva do mercado mundial sempre em busca de mão de obra barata para multinacionais, como também do mercado nacional, que sempre poderá manter baixos salários devido ao larguíssimo exercito de reserva formado pelo enorme contingente de jovens desempregados gerado por tais determinações sociais.

A crescente população carcerária, composta majoritariamente por jovens negros, bem como a funesta seletividade social encontrada nas taxas de mortalidade dessa parcela populacional observáveis no Brasil, revelam o racismo estruturalmente erigido sob o trabalho escravo de africanos durante a colonização.

As chagas desse processo histórico são um dos elementos centrais para entender as determinações socialmente construídas pelo processo de acumulação e consolidação da sociedade capitalista no Brasil, com explícita influência no curso da vida na maior parte do que se estabelece enquanto grupo etário entendido como juventude, nas mais variadas particularidades contextuais moldadas por esse processo histórico que envolvem a totalidade do conceito aqui proposto como condição juvenil periférica.

## **A guisa de conclusões: um desafio e um convite**

A crítica de Mannheim a compreensão “biologizada” proposta por Comte sobre o que seria uma geração – embora ainda possamos notar uma concepção positivista presente na legislação brasileira, estipulando geração através de critérios unicamente quantitativos – afirmando as gerações enquanto identificações de determinados grupos com processos históricos aos quais estão inseridos, inaugura o debate sociológico acerca do curso da vida e a compreensão sociológica da juventude.

Porém, em acordo com Groppo, não creio que tais identificações ou que a formação dos grupos se dê simplesmente pela cultura, a “enteléquia”, forma de ser e sentir moldados pelo conjunto de ideais presentes em dado contexto, mas sim pelas condições concretas aos quais os indivíduos moldam e são moldados pela sociabilidade gerada pelas relações de produção e reprodução da vida em sociedade.

Dessa forma, a diversidade de identificações socioculturais presente em dada geração é produto da quantidade de afirmações existências possíveis em seus devidos contextos e processos sociais historicamente construídos, e não fruto desses como coloca a concepção de Mannheim, e ainda se encerram nas possibilidades que a totalidade das relações de produção e reprodução da vida lhes permite.

A escola funcionalista, que durante parte do século XX se fez hegemônica no debate geracional e da condição juvenil, trouxe significativas contribuições para compreendermos o papel das instituições sociais – família, escola, trabalho, religião, grupos de amigos – cumprem no processo de socialização e determinação dadas pela sociedade no curso vida, porém possui limites analíticos claros oriundos de uma concepção geracional estanque e determinista presente em grande parte do pensamento sociológico desse período.

Tenho acordo coma critica feita por Groppo, ao afirmar que o papel cumprido pelas instituições sociais nas determinações no curso da vida são apenas uma parcela na totalidade dos elementos presentes na vida social, e que por sua vez são permeados por particularidades moldadas pelos respectivos contextos históricos e sociais, não sendo de forma alguma universal e capaz de suprimir as diferenças geradas pela alteridade presente em qualquer relação humana, tal qual pretendem as instituições sociais, mas sim universalizantes e contraditórios.

No caso da condição juvenil periférica presente no contexto econômico de um país dependente como o Brasil, aqui brevemente analisada, podemos observar a falência das instituições sociais em conluio com os interesses que regem a sociedade no que diz respeito a integralização de parcelas consideráveis de indivíduos a instâncias essências da vida moderna,



como por exemplo a escola e o mercado de trabalho formal, não pelo seu “mau funcionamento”, e sim pelo funcionamento excludente em que opera. Dessa forma, o que é constatável até então não são desvios do seu funcionamento, e condições ou grupos geracionais disfuncionais, mas sim contradições na forma como tais instituições funcionam.

Os modelos pós-modernos surgidos a partir dos anos 1970, e que hoje são majoritários em grande parte dos debates acerca do conceito de geração e nas pesquisas no campo da juventude, são fruto da crítica a concepção funcionalista que lhes precede como também de mudanças nas relações de produção capitalista e nas suas determinações no curso da vida.

Dessa forma em contraposição a concepção geracional universalizante que lhe é precedente, colocam em seu lugar uma visão particularizante acerca das gerações e dos processos sociais que compõe a sua essência, partindo das afirmações e identificações culturais na para compreender a dinâmica do curso da vida, propondo a “juvenilização” da vida uma vez que as exigências feitas pelas instituições sociais tem um peso cada vez menor nas decisões dos indivíduos em constante busca por autonomia.

Tal concepção, como afirma Groppo, possui dois limites metodológicos, o primeiro é estar fadada a abordagens microssociológicas, observando apenas as interações e atribuições de significados dados pelos indivíduos nas esferas mais aparentes e contextuais, o segundo é a ausência de um diálogo histórico com os respectivos precedentes e outros processos sociais que concorrem nas determinações geradas pela sociabilidade que cerca o jovem.

Além disso reitero o fator particularizante que a concepção geracional oriunda desses modelos carrega, sem levar em a conta a totalidade dos elementos presente na sociabilidade e suas determinações no sentido atribuído pelos interesses que dirigem a sociedade moderna e nas formas de assimilação e contestação geradas pelos indivíduos, que creio estar atrelada com uma concepção de cultura a parte ou soberana ao resto da sociedade.

Outro elemento que deve ser considerado em relação a esses modelos é o contexto histórico em que se inserem, onde o neoliberalismo assume a forma das relações de produção capitalistas e sob slogans como “estado mínimo” retira direitos sociais, o que certamente afeta o funcionamento das instituições sociais e a sua ação na vida dos indivíduos. Dessa forma, o “afrouxamento” das instituições sociais em relação aos indivíduos mais tem a ver com alterações na forma de funcionamento das relações de produção, do que necessariamente com a insustentabilidade do seu controle sobre os indivíduos.

Ainda assim, se observadas as contestações mais recentes que envolvem aspectos geracionais possuem claro protagonismo juvenil, é possível perceber que dizem respeito a permanência de garantias institucionais no curso da vida, como acesso a educação, mobilidade

urbana ou acesso a lazer. As outras formas de contestação se dirigem contra a violência institucionalizada, como a morte e perseguição policial a jovens negros, homicídio de mulheres por razões gênero, violências sexuais e direito ao aborto, sendo mais exigências socialmente estabelecidas do que necessariamente afirmações de identidades culturais.

Porém o que creio ser mais problemático na concepção geracional presente em tais modelos é a particularização das formas de contestação a realidade social, e quando não, organizações para ações coletivas nesse sentido, produto do individualismo neoliberal propagandeado desde os anos 1970 e que assola as gerações oriundas dos anos 1990. Tal equívoco, gera uma visão fragmentada das diferentes particularidades presentes dentre uma mesma geração, como ofusca a busca por um horizonte comum que norteie os mais diversos grupos sob um mesmo interesse.

A condição juvenil dialética proposta por Groppo me parece a alternativa conceitual mais coerente para orientar teórica e metodologicamente o problema aqui então discutido, no que diz respeito ao debate geracional. Sob essa concepção a geração é formada por elementos contraditórios que dizem respeito as tentativas da sociedade de integrar/institucionalizar o curso da vida, e os mecanismos criados pelos indivíduos, grupos sociais e suas organizações na assimilação ou contestação da realidade social que lhes cerca.

De maneira que, o que compreendemos enquanto juventude é a construção moderna para a determinação da fase preparatória para vida adulta dentro do curso da vida. As aplicações desse conceito a temática que proponho possuam algumas possibilidades que precisam ser discutida de forma mais aprofundada, porém, é crucial que seja relacionada a dimensão da divisão em classes sociais presente na leitura de Marx sobre a sociedade capitalista. A relação entre os interesses que regem e norteiam a a integralização/institucionalização do curso da vida feita pela sociedade e a criatividade atrelada a busca por autonomia dos seus indivíduos e seus movimentos organizados dialoga diretamente com a constatação de que a sociedade é cindida por classes sociais de interesses antagônicos criados pelas relações de produção construídas sob a propriedade privada dos meios de produção, gerando exploradores e explorados.

No que diz respeito a condição juvenil e ao debate geracional, tal antagonismo de interesses se manifesta dentre aqueles perfeitamente integralizados as normas e instituições sociais no decorrer do curso da vida, e aqueles que são explorados e conseqüentemente colocados a margem desse processo. Caso perca essa dimensão, a alternativa proposta por Groppo de uma compreensão dialética da condição juvenil, corre o risco de cair no idealismo simplificado e mecanicista esvaziado de sentido crítico e possibilidades de investigação acerca da realidade concreta tão rica e diversa que compreende a condição juvenil.

A dialética da condição juvenil proposta por Groppo atrelada as condições materiais das quais se efetivam os modos de produção em dada sociedade, dizem respeito a a produção e reprodução da realidade social e dos entraves formados pelas classes sociais decorrentes disso, no curso da vida as classes dominantes buscam se assegurar enquanto tal enquanto as classes dominadas buscam resistir e forjar a sua própria concepção de mundo no desenrolar das gerações.

Compreender tal dimensão envolve um desafio, que consiste em analisar como a materialidade presente nas relações sociais interfere nos processos de transição no curso da vida, em específico da infância para a juventude, como da juventude para a vida adulta e quais contribuições o materialismo histórico dialético pode trazer para esse debate. Dessa forma, gostaria de convidar pesquisadores, professores, militantes e demais interessados para unir esforços na construção de uma agenda de pesquisa a partir dos pressupostos aqui brevemente discutidos em torno dos seguintes temas:

- O papel exercido pelas instituições de ensino na formação de jovens, o movimento estudantil e suas correlações com os movimentos sociais;
- Os movimentos sociais protagonizados por jovens, em específico os que surgiram a partir de 2013 no Brasil;
- As particularidades geradas pelo racismo socialmente estruturado na sociedade brasileira e suas determinações na condição juvenil; a seletividade social na mortalidade de jovens; e a crescente população carcerária;
- As dinâmicas geradas pela diferenciação de gênero na condição juvenil das mulheres;
- As relações entre sexualidade e a condição juvenil LGBT; suas afirmações identitárias no desenrolar do debate geracional;
- As dinâmicas presentes no mundo do trabalho e a informalidade dentre os jovens; as contradições presentes no ensino profissionalizante; o papel exercido pelo trabalho na preparação para a vida adulta;
- A condição juvenil no campo; as alteridades em relação aos direcionamentos no curso da vida moldadas pelo trabalho agrário; suas formas de contestação, organização e afirmações identitárias;
- A condição juvenil de jovens indígenas e quilombolas; as particularidades geradas pela sua marginalização institucional; suas formas de organização e contestação frente a sociabilidade contemporânea;

Tais temas constituem-se apenas de indícios e propostas de análise sobre a já mencionada vasta, rica e diversa condição juvenil, aqui colocada sob os pressupostos moldados na periferia do sistema de produção capitalista. O desenvolvimento do curso da vida analisado sob tais pressupostos, somente o desenrolar dos anos e da história poderão concluir sobre as contribuições aqui deixadas.

## Referências

BRASIL. “Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014” – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 8. São Paulo, 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. “A educação escolar, a exclusão dos seus destinatários” - Educação em Revista, n. 48, p. 205-222. Belo Horizonte, 2008.

FEIXA, Carles. LECCARDI, Carmen. “O conceito de geração nas teorias da juventude” – Revista Sociedade e Estado, vol. 25, N. 2. Maio/Agosto, 2010.

FERNANDES, Florestan. “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” - Zahar, 3 ed. Rio de Janeiro, 1975.

GROPPO, Luis Antonio. “Dialética das juventudes modernas e contemporâneas” – Revista de Educação do Cogeime, ano 13, n. 25. Dezembro, 2004.

GROPPO, Luís Antonio. “Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes” - Última Década, n. 33, pp. 11-36. CIDPA Valparaíso. Dezembro, 2010.

MARINI, Rui Mauro. “Subdesenvolvimento e revolução” - Insular. 4 ed. Florianópolis, 2013.  
SANTOS, Anselmo Luís dos. GIMENEZ, Denis Maracci. “Inserção de jovens no mercado de trabalho” - Estudos avançados, n. 85, vol. 29. São Paulo, 2015.

TAVARES, Breitner. Sociologia da juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da UNESCO – Sociedade e Cultura, vol. 15, n. 1, jan/jun, p. 181-191. Goiânia, 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. “Mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil” - FLACSO. Rio de Janeiro, 2014.

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e Escravidão – Editora Americana. Rio de Janeiro, 1975.